

**QUESTÃO MILITAR NA VENEZUELA CHAVISTA:
POLÍTICA, REPRESENTAÇÃO E TEMPO PRESENTE**

Luiz Fernando De Oliveira Silva¹

Resumo: A presente situação interna da Venezuela, aponta cada vez mais, a influência e importância do elemento e das instituições militares na política interna daquele país. Desde a ascensão de Hugo Chávez a presidência, em 1999, os militares têm ocupado posições e cargos de influência e poder no Governo, direta ou indiretamente. O presente trabalho, fruto inicial das pesquisas para a tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, e com o fomento da FAPERJ, tem como principal objetivo relacionar a participação política dos militares como base de sustentação do Governo Chávez, com os estudos metodológicos relacionados a História do Tempo Presente, especialmente no que toca a análise de fontes digitais sobre o tema.

Palavras-chave: Militares. Chavismo. Bolivarianismo. Venezuela.

INTRODUÇÃO

Apesar de a análise do governo de Nicolás Maduro não ser objeto de minhas pesquisas até agora, para analisar – no âmbito da História do Tempo Presente – a participação dos militares na Revolução Bolivariana, não se pode ignorar o contexto atual.

Podemos considerar que os governos bolivarianos – do ex-presidente Hugo Chávez e do atual presidente Nicolás Maduro – como um socialismo pretoriano. Este conceito é a chave de compreensão para o processo político inaugurado na Venezuela com a eleição de Chávez à presidência, em dezembro de 1998.

O conceito de socialismo, sabe-se, ser amplo e polissêmico, servindo a várias ideologias e ramificações político-partidárias. Entretanto, todas as definições e ramificação ideológicas do socialismo convergem para um mesmo objetivo, a saber, a construção de uma sociedade igualitária, que, embora respeitasse o indivíduo, não abriria mão do protagonismo da coletividade.

¹ Doutorando em História pelo PPGH-UERJ; bolsista FAPERJ; email: prof.luizfernandosilva@gmail.com



Mesmo com a falência do Socialismo real, na transição da década de 1980 para a seguinte, com a queda do Muro de Berlim, a unificação da Alemanha e esfacelamento do bloco soviético, o ideal socialista sobreviveu ao novo milênio em muitos lugares. A América Latina dos anos 1990, ainda assustada pelos fantasmas dos regimes ditatoriais impostos pelas Direitas com o apoio estadunidense num contexto de Guerra Fria, foi um terreno fértil aos projetos de igualdade e inclusão sociais que o capitalismo e o neoliberalismo eram incapazes de dar conta.

Na Venezuela, de forma específica, esta ineficiência do Estado se fez sentir durante o último governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), quando um pacote de austeridade fiscal foi baixado pelo presidente, dias depois de sua posse, ocasionando uma revolta popular espontânea, crítica à política econômica neoliberal adotada pelo governo. Os protestos populares ficaram conhecidos como *El Caracazo* e foram duramente reprimidos pelas forças de segurança de Pérez, em fevereiro de 1989, deixando um saldo de dezenas de mortos e centenas de feridos.

O desejo de humanizar o capitalismo, contrapondo ao neoliberalismo uma política econômica autônoma e alternativa, de dar vazão as demandas sociais apresentadas pela população durante o *Caracazo* de 1989, e de restabelecer a importância política dos militares como baluartes da ordem, da pátria, da soberania e da integração regional sob os auspícios do pensamento oitocentista de Simon Bolívar, pai da Pátria, culminaram com a frustrada tentativa de golpe de Estado perpetrada por oficiais da Academia Militar, dentre os quais seu líder – tenente-coronel Hugo Chávez Frias – ganhou notoriedade imediata, e a possibilidade de apresentar ao país um projeto que passava ao largo do sistema político-partidário até então vigente na Venezuela.

Dez anos após a queda do Muro e do fracasso mundialmente comentado do Socialismo real, Chávez tomava posse do cargo de presidente da República. O projeto de Chávez – um socialismo bolivariano – buscava ressuscitar o interesse dos venezuelanos pelo Socialismo, reajustando àquela ideologia às demandas nacionais.

O governo Chávez, logrou o que ninguém jamais lograra na História republicana da Venezuela: aumentar vertiginosamente as receitas do Estado graças a uma política petroleira que permitiu o aumento de preço do barril do petróleo no mercado internacional – “recriação”

da OPEP – e, o uso destes mesmos recursos para cumprir uma das principais promessas de campanha, a saber, a implementação de política social de inclusão da parcela mais pobre da população (camponeses, indígenas, operários, moradores dos subúrbios das grandes cidades, mulheres etc.).

Mesmo tendo executado com sucesso sua política social, a aprovação da Constituição Bolivariana, no final de 1999, permitiam ao governo estatizar boa parte da economia, iniciando o processo com a estatização das grandes empresas presentes na Venezuela, elevando dramaticamente os gastos públicos. O Estado inchou na tentativa de erradicar a fome, a pobreza, o desemprego, o déficit habitacional e o analfabetismo, e entrou em colapso quando o preço do petróleo despencou.

Neste novo conceito de Estado trazido pela Carta de 1999, percebe-se a implementação do pretorianismo. Para explicar tal conceito, o historiador venezuelano Thomas Straka (2016) entende pretorianismo como uma relação na qual o poder dos militares excede, na prática, os limites estabelecidos pela lei, de modo que a influência dos militares em campos tradicionalmente civis se expande desordenadamente, a ponto de não poder ser controlada pelas autoridades civis.

O conceito de pretorianismo é então diferente do de Estado aquartelado (*Estado Cuartel*) no qual se militariza a sociedade como um todo. No pretorianismo, a sociedade civil funciona normalmente porém se deixa tutelar pelos militares que, por sua vez podem ou não exercer diretamente o poder. Desta forma, o pretorianismo foi a marca das grandes ditaduras do Cone Sul entre os anos 1960 e 1990, caracterizadas por governos diretamente exercidos pelos militares – ainda que tivesse, em alguns casos, amplo apoio de parcelas da sociedade civil; e também de regimes de exceção, como o vigente na Coreia do Norte, no qual as decisões políticas, sociais e econômicas estão, de alguma forma, à mercê das decisões militares.

Raramente, um governo exercido por um militar – mesmo da reserva – consegue manter-se distante das demandas da caserna. O governo de Chávez não logrou ser exceção. Sua notoriedade se deu exatamente por ser um oficial do Exército que, segundo o imaginário chavista, se arriscara pelo bem do povo; que fora preso e condenado por lutar ao lado dos

venezuelanos; que viu sua brilhante carreira militar findar-se pelos ideais que o levaram a tentar dar um Golpe num governo corrupto, ineficaz e desorientado.

A influência dos militares era clara, pública e notória no Governo Chávez. Um sem par de vezes, o próprio presidente ostentava um uniforme militar durante cerimônias públicas oficiais – especialmente aquelas voltadas para uma audiência militar. Por outro lado, o presidente preferia ser chamado de “Comandante”, o que reforçava a aliança entre sociedade civil e os militares.

Em dado momento, o sucesso do programa de governo de Chávez será causa de uma polarização político-ideológica em seu país. A moderação perdera espaço no cenário político para a radicalização e o fanatismo partidário. Ou se era chavista ou não. Sem meios termos naquela disputa, as direitas se utilizaram da insatisfação das classes médias e dos funcionários da estatal de petróleo – PDVSA – para pressionar o governo com manifestações e greves, ao passo em que as entidades patronais, a grande mídia e o empresariado cooptava uma parcela conservadora de militares para remover o presidente.

O Golpe de abril de 2002 se alicerçou em todos esses elementos, porém a articulação construída pelos aliados do Governo entre os militares e as populações dos *barrios* caraquenhos garantiu um contra-golpe que, reestabeleceu Chávez na presidência e, perseguiu os participantes do golpe. Se por um lado o presidente determinava um expurgo nas Forças Armadas, por outro lado, confiava os principais postos no Governo – incluindo aí a presidência da PDVSA -

O MOVIMENTO BOLIVARIANO ENTRE OS MILITARES

O processo político da Venezuela nomeado por Hugo Chávez de “Revolução Bolivariana”, termo este construído a partir da apropriação e ressignificação do ideário político de Simon Bolívar. Durante a campanha eleitoral de 1998 e em seu discurso de posse (1999), Chávez fez referência ao seu bolivarianismo, cujo objetivo era “refundar” a República e, reestruturando-a segundo os ideais dos artífices da memória coletiva e identitária venezuelana, abolir o modelo político-administrativo vigente desde 1958 por meio da substituição da Carta de 1961 por uma nova, elaborada, aprovada e referendada e promulgada em dezembro de 1999, dando início a V República ou República Bolivariana.

A Constituição de 1961, mesmo com suas emendas, não discute diretamente a questão militar da IV República venezuelana. Isto é, aquela geração de constituintes não desejou realçar, em momento algum, papel das Forças Armadas na construção ou consolidação daquela estrutura político-administrativa. Ao contrário, buscaram tratar a questão com discrição no texto constitucional, que definia que a responsabilidade da manutenção, coordenação e fiscalização da ação dos militares seriam compartilhadas entre o poder Executivo nacional e o Legislativo: ao presidente da República, caberia chefiar as Forças Armadas e fixar seu efetivo; ao passo que a promoção e nomeação dos oficiais gerais dependeria da aprovação dos senadores.

Baseado nos ideais bolivarianos do processo de construção e consolidação do Estado-nação venezuelano, Hugo Chávez associou em seu projeto pensamentos de diversas tendências. Para conciliá-los em prol a seus objetivos políticos, o ex-presidente conduziu um processo de releitura do pensamento político de Simon Bolívar, um dos maiores próceres da Independência da América do Sul espanhola, no século XIX.

Hugo Chávez se apropriara do pensamento de Bolívar de forma a legitimar suas ações à frente do governo venezuelano, assim como outros fizeram ao longo da construção, consolidação e modernização do Estado venezuelano. Para além desta apropriação, o bolivarianismo de Chávez fora consequência de uma releitura, de uma representação do pensamento original do Libertador. Chávez ignorava aspectos desfavoráveis de Bolívar, ao passo que enaltecia e supervalorizava aqueles que pudessem corroborar um novo quadro socio-político descortinado a partir da sua ascensão.

É impossível desvincular o movimento bolivariano de sua origem essencialmente militar, nos idos da década de 1970. Durante o primeiro mandato de Rafael Caldera (1969-1974) houve uma reformulação da educação aplicada na Academia Militar, cujo novo programa fazia de Chávez e de seus companheiros de caserna licenciados em Ciências e Artes Militares, abrindo as portas da oficialidade também a elementos das camadas mais humildes da população. Ao mesmo tempo, a formação destes oficiais era voltada para o nacionalismo, para o culto ao Libertador, para o resgate da dignidade militar. Paralelamente a isto, a nova tendência de formação do oficialato venezuelano propiciava o surgimento de cadetes com visões críticas ao *status quo* não só das instituições militares, como também do governo e da

própria estrutura do Estado. No decorrer dos anos de Academia, os cadetes passariam da crítica reflexiva a atividade considerada subversiva, na década seguinte, segundo Chávez, graças à certeza que pairava sobre aqueles jovens de que eles seriam a geração vocacionada a “herdar as glórias do Exército Libertador”.

Hugo Chávez antes de ser um político, estava imbuído do espírito da caserna, da disciplina, das ordens, rigor e orgulho militares, do nacionalismo, do bolivarianismo. Ele “entende a alma do Exército, pois faz parte desta alma” (GOTT, 2004:281-282). Por isso, entendia que a revolução que conduzia na Venezuela desde sua eleição em 1998 até sua morte em 2013, teve, obrigatoriamente, nas Forças Armadas uma das suas bases de sustento mais sólidas.

O culto a Bolívar e as reflexões sobre o seu pensamento político e seu legado na Venezuela estavam se espalhando em diversos setores da sociedade e das instituições. Todavia, esta memória coletiva foi canalizada para a discussão política pelos militares, em especial e mais concretamente pelo grupo de reflexão e debates liderado por Hugo Chávez na Academia Militar.

O grupo de Chávez fundou em 1982 o *Ejército Bolivariano Revolucionario 200* (EBR-200) que logo se tornou o *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), parafraseando o famoso juramento de Bolívar no Monte Sacro (1805) de libertar o povo venezuelano da opressão dos poderosos. Em sua companhia estavam Jesús Urdaneta, Felipe Acosta e Raul Baduel, que ocuparam cargos estratégicos no governo Chávez.

Durante os anos que seguiram a fundação do MBR-200, seus líderes se empenharam em elaborar uma ideologia suficientemente forte e complexa capaz de doutrinar seus membros, com base não apenas no pensamento político de Simon Bolívar, mas também nos de Ezequiel Zamora e Simon Rodriguez, ou seja, “três personagens típicos do liberalismo político latino-americano do século XIX” (MENDES, 2010).

O estudo sistemático destes três personagens históricos venezuelanos deu origem à chamada doutrina da “árvore das três raízes”, uma vez que, cada um de seus atores representam, para os membros do MBR-200, um desdobramento da luta contra o imperialismo, contra a opressão oligárquica e, por fim, representavam a necessidade de uma estrutura sócio-política própria para a região. Rodriguez, Bolívar e Zamora foram escolhidos

como baluartes do movimento não por acaso. A história venezuelana teria outros personagens para representar os ideais do movimento, entretanto o programa revolucionário daquele grupo fez a escolha dos três, uma vez que a elaboração da nova doutrina política dependia, não apenas do pensamento político, mas também – e talvez, principalmente – da biografia desses, considerados, grandes homens da história nacional. Para Flavio Mendes (2010), “eles constituíram as três raízes não apenas porque os militares acreditavam no programa político que esses personagens defenderam, mas também pelo que representam na história nacional”.²

O surgimento e consolidação do MBR-200 representou uma nova etapa no pensamento da esquerda na Venezuela e na América Latina, em geral. Diante do colapso do pensamento de esquerda que se testemunhava nos anos 1980, com o fracasso das experiências socialistas na Europa, com as formas de opressão exercidas pelo governo soviético em diversos países, com o declínio político e econômico do império soviético que encontraria, dali a poucos anos o seu fim, levava a mudanças no pensamento de esquerda. Não mais se pensava na revolução tradicional para se chegar ao poder, nem na planificação econômica como remédio ao capitalismo selvagem do final do século XX. No lugar disso, as propostas variavam entre a adesão ao sistema democrático como forma legítima de chegada ao poder e implementar modificações específicas e bem pontuais na sociedade e na economia, até mesmo ao afastamento do pensamento socialista através da aproximação com moderados e setores de direita.

O caráter nacionalista do movimento não era um fenômeno isolado, ou algo inédito na história venezuelana. Esse nacionalista era uma herança da influente “Geração de 28”, a qual reuniu em suas fileiras socialdemocratas e comunistas.

O MBR-200 não conseguia, *a priori*, desvincular a implementação das mudanças sociais necessárias sem o uso da força para tomar o poder. No final dos anos 1980, os projetos baseados no comunismo já não eram considerados uma alternativa viável, nem na América Latina nem no resto do mundo, devido à crise que, no início da década seguinte, levaria a União Soviética à desagregação. Nem mesmo a Venezuela que, após da crise econômica que a reconduziu a patamares alarmantes de subdesenvolvimento quase apagados

da memória recente de sua população, seria um bom lugar para uma proposta alternativa baseada no marxismo.

Diante desta declaração de Chávez, podemos compreender que o MBR-200 surge num momento complexo para a Venezuela, onde existe no meio político local e mundial, uma grande decepção com o projeto comunista e a ascensão do neoliberalismo – e, como vimos, nenhum dos dois responde adequadamente ao anseio político dos militares. Num outro aspecto, as principais características da “Geração de 28” – nacionalismo e liberalismo político – não poderiam ser recuperadas pelo MBR-200 sem uma forte crítica ao seu mau uso. Isto posto, a liderança do MBR-200 fez a opção de resgatar o projeto liberal de Bolívar, Zamora e Rodriguez, por um lado, mas tendo o cuidado de apontar os equívocos da Geração de 28 na sua tentativa de se apropriar daqueles projetos, na década de 1920.

Outra parte dos militares que discutiam a política nacional estava bastante interessada em resgatar os ideais do último ditador venezuelano, deposto nos anos 1950, o general Marcos Pérez Jiménez (1914-2001; presidente entre 1952-58) em cujo governo se gestava o objetivo de fazer da Venezuela uma potência regional por meio do investimento na indústria pesada, incluindo aí o desenvolvimento das Forças Armadas e do seu poderio bélico.

Neste contexto, pode-se perceber que este o “bolivarianismo renovado” assumido pelo MBR-200 precisa ser compreendido, não somente como fruto de um processo sócio-político próprio na Venezuela em plena crise entre os anos 1970 e 1980. Em meio a tantos outros projetos revolucionários, o projeto que se afirma como sendo herdeiro daquele de Bolívar triunfa como sendo a alternativa mais viável para os militares, e isso pode ser creditado ao culto a Bolívar fomentado dentro das Forças Armadas e, também na cultura política geral na Venezuela.

É verdade que o Exército venezuelano deu um salto organizativo no início do século XX a reboque da exploração de petróleo, exploração essa que permitiu uma reequipagem geral do Estado e de suas instituições. Esse fortalecimento do Estado forçou, conseqüentemente, um enfraquecimento importante das oligarquias e do poder regionais. Por outro lado, um Exército reequipado de um Estado fortalecido se via necessitado de uma doutrina, de uma história, de uma tradição diferente daquela tradição militar caudilhistas do século XIX. As novas Forças Armadas encontraram na biografia de Simon Bolívar a tradição

militar necessária, forjando a partir de então, laços de continuidade entre o Exército Libertador de Bolívar e a nova realidade militar na Venezuela do início dos Novecentos.

O culto a Bolívar dentro das Forças Armadas traria duas consequências imediatas. A primeira, foi exatamente a ligação entre a instituição militar e o projeto de formação de uma nação moderna na Venezuela, realocando as Forças Armadas, no campo sócio-político interno, não como coadjuvante do processo político, mas como um dos atores principais nas disputas internas pelo poder. E a segunda foi que, daquele momento em diante, ao longo do século XX, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, emergia durante as situações de crise e instabilidade política, como o fiel da balança política venezuelana, ou melhor, o Exército assumia uma posição central no cenário político, devendo refundar a República venezuelana diante da incapacidade das lideranças civis de sustentá-la.

Esta “tradição pretoriana” (STRAKA, 2005: 121), como visto, advogava o direito dos militares ao debate político, incluindo aí, o dever de, em momentos de crise extrema, assumir, ainda que provisoriamente, o controle do Estado. Tal tradição foi se elaborando nos meios militares e se consolidando na Venezuela ao longo do século passado.

Dez anos depois de sua fundação, o MBR-200 tentava um golpe de Estado, mas a IV República venezuelana, apesar de seu colapso iminente ainda teve forças para rechaçar aquela tentativa militar, mas sabia-se que não sobreviveria mais tempo.

Com o afastamento legítimo do presidente Carlos Andrés Pérez, em 1993 e a vitória eleitoral de Rafael Caldera, por uma questão política, os golpistas foram anistiados. Uma vez reorganizados, o movimento bolivariano foi ganhando força política nos debates sobre a necessidade de mudanças profundas na sociedade e na própria constituição venezuelana de 1961.

Durante este último governo de Caldera, o MBR-200 via a oportunidade de participar diretamente do processo eleitoral em 1998. Mas para tal, sem que o movimento perdesse suas especificidades enquanto movimento social, sua liderança buscou cooptar políticos e intelectuais civis. Esta aproximação entre militares e civis dentro do movimento foi determinante para distinguir uma nova fase do bolivarianismo, a sua fase político-partidária.

Uma vez que os militares bolivarianos – em sua maioria reformados ou expulsos após o fracasso do golpe de fevereiro de 1992 – estavam ideologicamente ligados à esquerda, o

MBR-200 estabeleceu contatos com as lideranças de esquerda que foram derrotadas e marginalizadas nos anos 1960, como foi o caso exemplar de Douglas Bravo e de Alí Rodriguez, ambos do extinto Partido Revolucionário Venezuelano (PRV).

DO BOLIVARIANISMO AO CHAVISMO

Paralelamente à estrutura tradicional do MBR-200 o movimento bolivariano fundava o *Movimiento Vª República* (MVR) especificamente para a disputa eleitoral. O MVR possuía uma estrutura e uma organização distinta do MBR-200 original. Enquanto o último foi constituído como espaço privilegiado para a reflexão, o debate e a formação ideológica de seus membros, o primeiro não abria espaço ao debate e a formação de seus participantes, concentrando suas forças a alcançar o seu único objetivo em curto prazo, a eleição de Chávez em dezembro, de 1998.

Os oficiais militantes do MRB-200 que foram expulsos ou reformados compulsoriamente como punição ao golpe de 1992 se filiaram ao MVB em 1998, tornando-se personagens de destaque político dentro do governo Chávez, sobretudo durante a crise de 2002/2003, reforçando o protagonismo dos militares durante o governo Chávez, tanto para a manutenção do movimento bolivariano quanto para a sobrevivência do governo chavista, ocupando postos-chave na administração pública, sobretudo no primeiro e segundo escalões.

A proposta de verticalização da revolução bolivariana feita em 2006/2007 foi seguida pela proposta oficial da parte do governo de modificação de mais de 60 artigos da Constituição de 1999, dentre os quais se destacam os pontos sobre a mudança dos princípios que regulam a propriedade privada e a reforma institucional das *Fuerzas Armadas Nacionales Bolivarianas* (FANB). Cremos que estes dois pontos podem ser considerados como os pontos de maior polêmica no projeto do governo, que suscitou grande desconfiança tanto por parte de opositores quanto por parte de apoiadores, revelando fissuras no cerne do bolivarianismo militar.

Em julho de 2007, um dos mais leais colaboradores do presidente rompe com o governo em repúdio as propostas de Chávez. O general Raul Baduel, como já dito, esteve ao lado do presidente desde os tempos de Academia Militar e fora ele o grande responsável pela sua recondução ao Miraflores em abril de 2002. Entretanto, Baduel demitindo-se do cargo de Ministro Popular da Defesa em julho de 2007, revelou-se um opositor feroz, indo a público

para criticar a medida do governo e questionar as intenções de Chávez sobre o rumo que dava ao processo político na Venezuela. Naquele *referendum*, o governo sofreu a primeira derrota em nove anos.

O bolivarianismo pode ser definido como um movimento cívico-militar específico da Venezuela surgido entre os oficiais do Exército nos anos 1980 com a intenção de criticar, refletir e questionar o modelo político, econômico e social do país naquela ocasião, defendendo a reconhecimento da dignidade militar e a luta contra a corrupção e a desigualdade social. Este movimento se organizou em torno de uma proposta de tomada do poder por meio da força em 1992. Após o fracasso desta tentativa, abriu-se a participação de intelectuais e políticos civis capazes de dar força política ao movimento para disputar as eleições em 1998 apoiando o seu líder Hugo Chávez.

Uma vez no poder, o bolivarianismo implementara as mudanças propostas por Chávez durante a campanha, aderindo à maioria das propostas do presidente que, uma vez, consolidada sua força política vinculada diretamente aos militares e aos eleitores, reformula o próprio projeto do movimento, adicionando à sua plataforma ideológica um novo modelo socialista, objetivando o fortalecimento do governo internamente, e da Venezuela no plano latino-americano com discurso capaz de cooptar propostas de resistência e combate àqueles que, segundo Chávez seriam os dois grandes males da globalização no início do século XXI: o neoliberalismo econômico e a agressividade da política externa norte-americana.

Para os críticos como Raul Baduel, nos últimos anos, o bolivarianismo militar original, foi de tal forma deformado pela política do presidente Chávez que poderia ser chamado, hoje, de chavismo, uma vez que a peça central no tabuleiro político que antes era destacado a figura de Bolívar fora o próprio Chávez.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rafael; SHURSTER, Karl. (orgs) **A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Autografia; EdUPE, 2015.

GOTT, Richard. **A Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

MENDES, Flavio da Silva. “Raízes do movimento bolivariano na Venezuela” in **Anais do IV Simpósio de Lutas Sociais na América Latina: imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI**. GEPAL/UEL: Londrina, 2010.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SILVA, Luiz Fernando. **Sob a sombra do Libertador: as representações do pensamento de Simon Bolívar nos discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez (1999-2006)**. Vassouras/RJ: 2010, 110p. Monografia. Universidade Severino Sombra.

_____. **Bolivarianismo, nacionalismo e integração regional: uma análise de suas representações nos discursos de Hugo Chávez (1999-2006)**. Vassouras/RJ, 2013, 166p. Dissertação. Universidade Severino Sombra.

STRAKA, Tomás. “Guiados por Bolívar: Lopez Contreras, bolivarianismo y pretorianismo em Venezuela” in: IRWIN, G.; LANGUE, F.(orgs). **Militares y poder em Venezuela. Ensayos históricos vinculados con las relaciones civiles y militares venezolanos**. Caracas: UCAB/UPEL, 2005.

_____. El socialismo pretoriano. **Nueva Sociedad: democracia y política en América Latina**. Caracas, nº 262, Agosto-2016 disponível em <http://nuso.org/articulo/el-socialismo-pretoriano/> acessado em 18 de agosto de 2017.

BUTTO, Luis Alberto. La construcción del Estado cuartel en Venezuela. **Mundo Nuevo: revista de Estudios Latinoamericanos**. Caracas. Año VI. Nº 15 (jul-dic), 2014.

PEREZ, José R. P. El giro ideológico de la FANB: la concepción marxista-leninista de guerra revolucionaria y el nuevo pensamiento militar venezolano. **Mundo Nuevo: revista de Estudios Latinoamericanos**. Caracas. Año VI. Nº 15 (jul-dic), 2014.

BLANCO MUÑOZ, Agustín, (1998). **Venezuela del 04F-92 al 06D-98. Habla el Comandante Hugo Chávez Frías**. Caracas: Cátedra “Pío Tamayo”/UCV, 1998.